

OLHA O ESTADO AÍ GENTE!!!:

OBRAS, AÇÕES E POLÍTICAS GOVERNAMENTAIS SOBRE O SÃO FRANCISCO.

Roberto Mendes Ramos Pereira¹

Sendo o rio São Francisco um recurso natural estratégico do ponto de vista econômico, seja pela geração de energia elétrica, seja na exploração da água pelas mineradoras ou empresas da área de irrigação, este ambiente se mostra como um espaço de disputas entre diferentes e diversos agentes e sujeitos sociais. Um desses sujeitos é o pescador artesanal que sempre tratou este rio como uma extensão de sua casa e que, em face da “invasão” e exploração do seu espaço por agentes externos (Estado e Iniciativa Privada), tem visto o “seu” rio São Francisco sendo transformado e, conseqüentemente, favorecendo uma mudança do seu trabalho e do modo de viver junto ao rio. Associado a esta temática, este estudo, que tem como espaço de investigação a cidade ribeirinha de São Francisco, no norte de Minas Gerais, procura tratar de questões relativas ao acesso e à exploração realizada pelo Estado dos recursos existentes neste rio que significa para as populações ribeirinhas muito mais do que um elemento da natureza, mas que traz consigo um sentido simbólico bastante latente, visto que o “Velho Chico” compõe parte de suas histórias pessoais. A proposta é a de abordar a intervenção do Estado sobre o rio São Francisco na segunda metade do século XX, apontando suas principais ações, obras, legislação instituída e um conjunto de políticas governamentais dirigidas ao acesso, uso e manejo deste bem comum, o São Francisco. As abordagens buscam discutir como se deu a condução de tais políticas avaliando não somente os argumentos das ações do Estado, mas os resultados destas sobre a vida das populações ribeirinhas, principalmente no que se refere aos pescadores artesanais que, de trabalhadores que tinham o rio como extensão da própria casa, passaram a ter não somente o seu ambiente de atuação laboral, mas também seu próprio trabalho, como elementos normatizados e sua vida de pescador transformada.

O rio São Francisco, desde que foi descoberto em 1503 pelos portugueses, carrega um histórico permeado de interesses por parte do poder constituído no sentido de dele se utilizar

¹ Professor do Departamento de História da Universidade Estadual de Montes Claros - UNIMONTES; Doutorando do Programa de Pós-Graduação de História da Universidade Federal de Uberlândia – UFU; Financiamento: FAPEMIG/PCRH.

não somente como elemento estratégico para o reconhecimento do território, interiorizando o colonizador, mas também como uma fonte de recursos econômicos capaz de propiciar ao seu controlador/explorador riquezas oriundas do acesso/uso da água e da flora e fauna existentes em seu trajeto.

Inicialmente, é importante já ter claro que o “Rio da Integração Nacional”, como ficou conhecido o São Francisco, já no período colonial fora bastante utilizado como via de acesso à região das minas para migrantes vindos de diversas partes do Brasil e até do exterior, principalmente do nordeste brasileiro e da Europa. Serviu ainda de rota obrigatória para interiorização das fazendas de gado das famílias de colonizadores e caminho tomado para o abastecimento das regiões auríferas com produtos vindos do sertão.

Marco importante para uma transformação da dinâmica existente na movimentação de produtos e mercadorias pelo rio São Francisco foi o ano de 1808, quando ocorrera a vinda da coroa portuguesa para o Brasil. Isso porque a partir daí o que se viu nas águas do rio São Francisco foram diversos pesquisadores e naturalistas, muitos a mando da coroa portuguesa, com o objetivo de um maior conhecimento das potencialidades econômicas e das riquezas naturais existentes em todo o trajeto do Velho Chico. Ramos assim analisa este evento:

A abertura dos portos em 1808, mais do que resposta às motivações econômicas e para além das conseqüências produzidas, representou o rompimento do pacto colonial e o início de uma nova etapa histórica. Entre as novidades, o Brasil passou a receber estrangeiros, particularmente viajantes naturalistas interessados em conhecer a natureza tropical da América. Junto com esses naturalistas também aportaram os interesses estratégicos das potências européias, particularmente da Grã-Bretanha, motivados pelas potencialidades econômicas e sociais do Brasil (RAMOS, 2008, p. 98).

Isso significa que a partir do século XIX, devido à abertura dos portos, muitos cientistas, naturalistas e engenheiros transformaram o Brasil num roteiro obrigatório para suas investigações científicas. Entre esses viajantes, estavam Auguste de Saint-Hilaire (1779-1853), botânico, naturalista e viajante francês; a dupla Carl Friedrich Philipp von Martius (1794-1868), médico, botânico e antropólogo, e Johann Baptiste von Spix (1781-1826), naturalista, ambos alemães; Henrique Guilherme Fernando Halfeld (1797-1893), engenheiro alemão, contratado por Dom Pedro II e que navegou das cachoeiras de Pirapora até a foz do

São Francisco; Theodoro Fernandes Sampaio (1855-1937), engenheiro, geógrafo e historiador brasileiro e Richard Francis Burton (1821-1890), geógrafo, antropólogo, linguista e diplomata britânico. Esses viajantes “procuravam caracterizar os tipos humanos e avaliar se a sociedade havia caminhado no sentido de estabelecer a vida civilizada nos trópicos” (MIRANDA, 2009, p. 621). Importante aqui é o contexto em que tudo isso ocorre: em pleno século XIX sob os reflexos e influências do movimento iluminista do século anterior. Toda a literatura de viagem elaborada nessas incursões tiveram como pressuposto a busca por uma compreensão racional do mundo em que se vivia nas suas mais diferentes formas. Ou seja, a modernidade trouxe consigo uma aspiração constante pelo que é civilizado, racional, principalmente no que se refere aos modos de vida das pessoas. Assim, em face das enormes diferenças do que era o interior do Brasil e a Europa do século XIX, lendo os relatos dos viajantes europeus nas terras brasileiras neste tempo, não raro nos deparamos com expressões de estranhamento, espanto ou desconfiança, apontando-nos para uma nítida e abismal diferença entre estes dois mundos.

Paralelamente a isso, e não menos importante, está o fato de que neste século XIX a navegação se deu de forma efetiva pelas águas do São Francisco, iniciando-se especificamente na segunda metade do século e “desempenhando importante papel no povoamento de suas margens na construção de uma identidade natural e cultural, caracterizando os moradores das beiras desse Rio” (PAULA; BRANDÃO, 2011, p. 6).

Toda essa importância econômica e social do São Francisco para as populações ribeirinhas, aos poucos, vai sendo minimizada a partir do momento em que esta rota (o São Francisco) vai perdendo importância diante da crise da exploração de ouro nas minas, deixando a região do sertão do São Francisco numa posição de isolamento. Tal isolamento, segundo Pereira (2004), foi causado pela decadência da mineração, o que provocou uma queda dos vínculos comerciais entre o sertão e as Minas. Mais do que isso, essa posição fez com que a região voltasse para si mesma, com uma economia de subsistência. Segundo Pereira,

O forte do sertão era a pecuária, porém desestimulada pela concorrência. No entanto, um aspecto importante destacado por este memorialista e que auxilia na explicação da pobreza desta parte do sertão, próxima ao rio São Francisco, foi a implantação de uma rota das Minas para o Rio de Janeiro, sendo que as mercadorias que vinham ou seguiam das Gerais para a Europa passaram a fluir através do Rio de Janeiro,

fazendo com que o rio São Francisco perdesse o status de ponto de ligação entre Salvador (e a Europa) e as Minas (PEREIRA, 2004, p.155).

Oliveira (1996, p.78) também compartilha dessa noção de que a decadência das cidades ribeirinhas, já no século XIX, ocorreu quando o Rio de Janeiro ascendeu como sede da Corte Portuguesa e também quando a Zona da Mata de Minas se despontava como importante produtora de café. Assim, o que se viu neste século foi a diminuição da importância do rio São Francisco para a economia nacional e provincial e uma crescente valorização do sertão, uma vez que este se tornou importante rota para escoar as riquezas do interior para o litoral.

Ao que parece, a situação decadente da economia das cidades ribeirinhas gerada pela minimização da importância do São Francisco no contexto nacional só ganhará novos contornos já no século XX, quando este rio se tornará foco de diversas intervenções do Estado com um foco direcionado ao acesso, posse e exploração dos recursos nele existentes, seja a água, os peixes e as diversas riquezas naturais a ele associadas. Neste processo, diversas políticas públicas e projetos de desenvolvimento regional serão implementados ao longo da bacia do São Francisco em todos os estados banhados pelo rio.

No “avanço” às regiões do São Francisco, principalmente porque se trata de um rio que corta estados histórica e ideologicamente reconhecidos pela seca e miséria social e econômica que assolam suas populações, o Estado tem proposto para estes lugares diferentes projetos de desenvolvimento como forma de solução para os problemas aí encontrados. Paula (2012) refere-se a tais projetos de uma forma bastante crítica:

As conjunturas mudam e, em cada novo projeto desenvolvimentista parece estar a solução definitiva para os problemas da população do Vale: seca, enchente, falta de saneamento, miséria etc. Em cada novo projeto, omite-se a vasta história do que se fez ou se tentou fazer antes. Talvez a omissão de informações e a dispersão de memórias sejam também estratégias de poder, em renovadas hegemônias. O discurso de desenvolvimento em torno da seca ou das potencialidades dos rios e de suas águas traz, em sua prática correlata, a recriação ou invenção de novas fronteiras de expansão de capital. (PAULA, 2012, p. 234).

Se no período imperial a preocupação do Estado era reconhecer através de estudos as potencialidades do São Francisco, como a realizada por Henrique Halfeld (1797-1893), “que

percorreu trechos do Médio e Baixo São Francisco, realizando o primeiro estudo técnico sob solicitação do Imperador D. Pedro II, por volta de 1852-1854 (PAULA, 2012, p. 233)”, no século XX, ao que parece, sendo o rio já bastante focalizado como via estratégica para o desenvolvimento, o objetivo estatal era o da criação efetiva de intervenções de exploração dos recursos nele existentes. Neste sentido, órgãos foram criados, leis instituídas, projetos implementados, todos direcionados para o objetivo de impulsionar o desenvolvimento econômico nacional. Do Governo Vargas, passando por JK e pelo Regime Militar, até chegar ao Governo Lula, o que se viu no Brasil foram medidas implementadas pelos presidentes da República sobre o rio São Francisco, em sua maioria tendo como meta o controle, o acesso e a exploração dos recursos naturais existentes ao longo do rio.

Num rápido balanço sobre tais ações, é possível perceber algumas medidas significativas e impactantes por parte do Governo Federal que incidiram diretamente sobre o “Velho Chico”:

- 1934 – Criação do Código das Águas - Primeira vez no Brasil que uma lei é criada com o poder de dispor sobre normas referentes a: águas em geral e sua propriedade; aproveitamento das águas; forças hidráulicas e regulamentação da indústria hidrelétrica.
- 1945 – Criação da Companhia Hidroelétrica do São Francisco (CHESF) - até hoje atua na geração e transmissão de energia, explorando a bacia hidrográfica do rio São Francisco.
- 1945 - Reformulação do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas – DNOCS (criada em 1909 como Inspetoria de Obras Contra as Secas – IOCS). Tem a finalidade de executar a política do Governo Federal, no que se refere ao beneficiamento de áreas e obras de proteção contra as secas e inundações, irrigação, etc.
- 1948 - Criação da Comissão do Vale do São Francisco (CODEVASF) - primeira grande iniciativa governamental de intervenção naquela ampla região. Atualmente, a empresa mobiliza investimentos públicos para a construção de obras de infraestrutura, particularmente para a implantação de projetos de irrigação e de aproveitamento racional dos recursos hídricos.
- Década de 1950 – Projeto Jaíba – Projeto de irrigação resultante da parceria entre o Governo Federal e o de Minas Gerais.

- 1959 – Criação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) - Intervenção do Estado no Nordeste e norte de Minas Gerais com o objetivo de promover e coordenar o desenvolvimento da região.
- Construção de Hidrelétricas sobre o rio São Francisco: Três Marias - Três Marias (1962), MG; Sobradinho – Juazeiro (1979), BA; Luiz Gonzaga - Itaparica - Glória, BA (1988); Paulo Afonso I - Paulo Afonso, BA (1954); Paulo Afonso II - Delmiro Gouveia, AL (1961); Paulo Afonso III - Delmiro Gouveia, AL (1971); Paulo Afonso IV - Delmiro Gouveia, AL (1979); Moxotó (Apolônio Sales) - Delmiro Gouveia, AL (1977); Xingó - Canindé de São Francisco, SE (1994).
- Projeto de Transposição do rio São Francisco.

Essas são algumas das principais ações do Governo Federal sobre o São Francisco, mas é importante salientar que ainda falta todo um conjunto de medidas que resultaram na mudança da vida e do trabalho nas cidades ribeirinhas ao longo do trajeto deste rio, tais como projetos de irrigação, criação de barragens, liberação para empresas privadas de mineração para o acesso e exploração da água e da areia do leito do rio, dentre outras.

Os moradores ribeirinhos, principalmente aqueles que trabalham diretamente no rio São Francisco (em destaque aqui os pescadores artesanais), parecem ter sentido as transformações pelas quais o rio foi sofrendo. Dentre as mudanças sentidas, uma das que mais os pescadores chamam a atenção é a escassez de peixes no rio, explicada por eles pela falta de lugares no rio para o peixe se reproduzir, pela falta de água no rio (devido à escassez de chuva e também pelo represamento da água nas barragens das usinas hidrelétricas), dentre outros motivos.

Referindo-se às transformações percebidas no rio, O senhor Ameril, pescador já há 30 anos, tem uma noção bastante clara das mudanças ocorridas no seu “ambiente” de trabalho (o rio) devido à seca e à falta de chuvas. Segundo ele, se não há chuva, não há água, não há enchente, diminuindo, assim, a produção de peixe. Em suas palavras, é possível entender o sentido que ele dá à chuva: “O que manda no nosso território aqui é a chuva. [...] Quando a cheia é pequena, a água não vai nas lagoas, nos lagos, onde o peixe produz, pra atirar pro rio, pra movimentar, pra crescer”. Disso, podemos entender que o represamento da água do rio para fins de produção de energia elétrica ou ainda nas empresas de mineração e em projetos

de irrigação, faz com que o ciclo da natureza que alterna os tempos de seca com os de cheia seja prejudicado, interferindo na reprodução do peixe e, conseqüentemente, no trabalho do pescador.

Com um conhecimento empírico sobre tudo o que vem ocorrendo com o rio São Francisco, ocasionando essa diminuição da produção do pescado, os pescadores que entrevistei apontam razões semelhantes aos indicados pela literatura para a queda do número de peixes nas últimas décadas:

Porque não tendo água, enchente boa, a produção é pouca. (Ameril)

A primeira coisa que o rio mudou é esse tipo de veneno. Aquilo ali mata a natureza demais. As plantações e tudo. A “Maria Cróss” [entenda-se a CROS, empresa de irrigação], se ocê vê o que que ela faz? Ela bate veneno de avião. Cê acha que num sobra dentro d’água? O vento num tira e joga dentro d’água. E mutio. (...) A natureza não agüenta aquilo né? A natureza num agüenta mesmo. (Sr. Wenceslau)

O ruim é que o tempo da ovação é esse mês, é agora... os 4 meses parado. O rio, além da água quente demais, é seco. Quando for no tempo da chuva que era pra os peixes já ta grande, que é o tempo da pesca, aí é hora de pegar os miúdos. É hora de o povo pegar tudo que vier na reta. (Dona Angelita)

Hoje o rio tá praticamente seco, sabe, então, vê a dificuldade do rio essa sequidão, eu acho que é assim: devido a extração de terra que eles estão tirando do fundo do rio, né, então aquilo... e as desmatação (sic) que eles faz nas barrancas do rio, então aquela terra, tá solta, quando chove ela desce tudo pra dentro do rio, então causa seca, faz grandes.... que o povo chama de praia, né, croa... no passado era croa, hoje é praia... (...) E não tem mais aquelas matas bonitas que você vinha subindo, na beira rio você via era capivara, era paca, tudo quanto era bicho, nas barranca do rio. (Maria Beatriz) (Grifos meus)

Dos depoimentos coletados é possível perceber que estes trabalhadores da pesca têm uma visão bastante apurada sobre as transformações ocorridas no seu ambiente de trabalho, o rio, identificando, inclusive, as principais causas da falta de peixe em suas águas. Do seu jeito, cada um tem um conhecimento acumulado, pautado na experiência, sobre o que está

acontecendo com o rio, com o peixe, e tudo a eles relacionado. Thé utiliza da etnoecologia² para compreender que a ação dos pescadores artesanais é fundamentada por este saber acumulado. Segundo ela, os pescadores artesanais “mantêm uma íntima relação com o sistema aquático e com os peixes, desenvolvendo aí conhecimentos e compreensões imprescindíveis para a sua sobrevivência na pesca” (THÉ, 2003, p. 9).

Referindo-se novamente aos modos de vida, pudemos perceber que a trajetória social dos pescadores artesanais do São Francisco é marcada por uma busca por segurança para si e os membros de suas famílias. Ao que parece, para muitos desses trabalhadores, há muito tempo a pescaria deixou de significar fartura e prosperidade, realidade resultante das mudanças sofridas pelo São Francisco. A fala do senhor Osvaldo que diz que já ganhou muito dinheiro com a pesca principalmente numa época em que não se tinha tanta fiscalização destoa totalmente desses anos do século XXI em que, além de existir uma rígida legislação sobre a prática pesqueira, apresenta um rio São Francisco bastante descaracterizado em relação às décadas anteriores. Assim, ser o mantenedor de uma família com quatro, cinco, nove filhos, atuando como pescador profissional, neste contexto, apresenta-se como um drama e um desafio constante na vida de centenas desses trabalhadores que tem no rio o seu principal ambiente de trabalho. O rio impróprio para a pesca, o peixe escasso, as leis ambientais rigorosas, o aumento do número de pescadores, a falta de postos de trabalho na cidade, tudo isso compõe o cenário de vida da maioria dos pescadores que, sem um alto nível de escolaridade, trilham dia-a-dia no campo do trabalho informal, fazendo dos chamados “bicos” suas ocupações principais. Ainda compondo essa conjuntura, a Colônia de Pescadores Z-3, criada na década de 1980, hoje emerge como uma referência essencial na vida de muitos desses pescadores, visto ser um elemento de “segurança” em meio a tantas incertezas no meio social.

² A Etnoecologia é uma ciência interdisciplinar, que navega na fronteira entre as Ciências Sociais e as Ciências Naturais, tendo como objetivo central entender como as sociedades humanas utilizam e percebem o ambiente natural que está em sua volta. Cf. BARROS, Flávio Bezerra. Etnoecologia da pesca na reserva extrativista Riozinho do Anfrísio – Terra do Meio, Amazônia, Brasil. Universidade Federal do Pará. *Amazônica*, n. 4, v. 2, pp. 286-312, 2012. Disponível em <<http://www.periodicos.ufpa.br/index.php/amazonica/article/viewDownloadInterstitial/958/1365>>; acesso em 27 jan 2013.

Em todo processo de pesquisa no contato com os pescadores, tendo analisado o trabalho e os modos de vida dos pescadores artesanais do São Francisco, me conduziu a perceber, a partir das entrevistas, das fontes e referências com as quais tive contato, que trabalho e vida se mesclam nas trajetórias pessoais desses pescadores e que a chegada de projetos desenvolvimentistas através do São Francisco nem sempre resultou em desenvolvimento humano e social para esses sujeitos. As experiências e conhecimentos acumulados ao longo dos anos fazem dos profissionais artesanais da pesca possuidores de uma historicidade capaz de evidenciá-los no contexto regional e no universo cultural como agentes construtores de uma visão de mundo específica. Olhando dessa forma, passei a entender este grupo social na perspectiva de Vincent, como “indivíduos em movimento” (VINCENT, 1987, p.396) e o rio São Francisco, integrando cidades, pessoas, culturas, modos de vida, não sendo nem totalmente cidade e nem totalmente campo, visualizado como algo móvel, fluido, assim como Williams entende a vida nestes espaços de campo e cidade: que se move “ao longo do tempo, através da história de uma família e um povo; move-se em sentimentos e idéias, através de uma rede de relacionamentos e decisões” (WILLIAM, 2011, p. 21). Nesta conjuntura, o rio, os peixes e sua própria ação cotidiana são investidos de um valor simbólico que vai além do sentido econômico, pois apontam para um significado social, político e cultural da prática pesqueira. Além disso, elementos como a família, a seca, a roça (vazante), a chuva, a enchente, os riscos do ofício, dentre outros que compõem o mundo de sentidos desses trabalhadores fazem da própria pesca uma atividade permeada de desafios e incertezas para este grupo que, a três ou quatro décadas atrás, tinha no rio São Francisco uma fonte certa de alimentação, renda e manutenção de toda a família, situação esta bastante diferente dos dias atuais. Referindo-se à década de 1970, Dona Maria Beatriz lembrou-se com saudade desse tempo: “Porque nessa década, ele [o rio] tinha bastante água ainda. Era um rio que você podia acreditar: ‘não, vou buscar um dinheiro hoje’. Você podia sair pro rio, poucas horas você chegava com um peixe, tava com um dinheiro na mão”. As certezas desse tempo se transformaram num drama social de uma categoria de trabalhadores que vive entre a paixão pela pesca e a necessidade de se enveredar para novas e diferentes formas de ofício. Grande dilema!

Por tudo, se o rio São Francisco não é mais o mesmo de antes, explorado em seus recursos, transformado em suas características naturais e proposto para os moradores em todo

o seu trajeto de outra forma, vale pensar no quanto, diante das transformações sofridas por ele através das ações e projetos de desenvolvimento do Estado, o trabalho desses moradores que se utilizam do São Francisco para sobreviver sofreu também suas mutações, especificamente os pescadores artesanais, fazendo-os conviver com a escassez de peixes, com as dificuldades no exercício de sua profissão e até, em muitos casos, migrando para outras frentes de trabalho em busca de recursos para si e suas famílias. Fica aqui uma questão: seria o conjunto de programas e benefícios sociais criados e propostos ultimamente aos pescadores pelo Estado apenas uma forma de concessão de direitos trabalhistas, resgatando-lhes uma cidadania antes inexistente, ou uma estratégia de devolver-lhes na forma desses benefícios uma renda que lhes foram retiradas quando o rio, local de trabalho e de sustento da família, foi sendo “tomado” deles e, posteriormente, transformado e utilizado para objetivos ditos desenvolvimentistas? Ou seja, o desenvolvimento econômico pensado pelo Estado resultou em desenvolvimento social e humano? Tenho minhas dúvidas.

Referências

HALFELD, Henrique Guilherme Fernando. **Atlas e relatório concernente à exploração do Rio São Francisco desde a cachoeira de Pirapora até o Oceano Atlântico**: Levantado por ordem do governo S.M.I.O. Senhor Dom Pedro II. Rio de Janeiro: Lithographia Imperial, 1860.

MIRANDA, Luiz Francisco Albuquerque de. O deserto dos mestiços: O Sertão e seus Habitantes nos relatos de viagem do início do Século XIX. **Revista História**. São Paulo, vol. 28, n. 2, 2009, pp. 621-643.

OLIVEIRA, Marcos Fábio Martins de. **O processo de desenvolvimento de Montes Claros (MG), sob a orientação da SUDENE (1960-1980)**. 1996. Dissertação de Mestrado - Universidade de São Paulo – USP, São Paulo.

PAULA, Andrea Narciso Rocha de; BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **Espaços do sertão: ruralidades entre migrantes em comunidades ribeirinhas do Rio São Francisco, norte de Minas Gerais**. Disponível em < <http://www.sober.org.br/palestra/6/1077.pdf>>; acesso em 20 mai 2011.

XXVII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA

Conhecimento histórico e diálogo social

Natal - RN • 22 a 26 de julho 2013

ANPUH
BRASIL

PAULA, Dilma Andrade de. **A Comissão do Vale do São Francisco: Planejamento e Política Pública nas décadas de 1940-1950**. VI Simpósio Nacional Estado e Poder: Cultura, realizado na Universidade Federal de Sergipe, Campus São Cristovão, em outubro de 2010. Disponível em <>; acesso em 27 mar 2013.

RAMOS, Maria Augusta. O sertão mineiro nas observações de Spix e Martius. **Revista Eletrônica Cadernos de História**, vol. V, ano 3, n.º 1. Abril de 2008. Disponível em <www.ichs.ufop.br/cadernosdehistoria>; acesso em 19 mai 2011.

THÉ, Ana Paula Glinfskoi. **Conhecimento ecológico, regras de uso e manejo local dos recursos naturais na pesca do Alto-médio São Francisco**. Tese (doutorado). Programa de Pós-Graduação em Ecologia e Recursos Naturais. Universidade Federal de São Carlos. São Carlos-SP, 2003.

THOMPSON, E. P. **A miséria da teoria ou um planetário de erros**. Rio de Janeiro: Zahar editores, 1981.

THOMPSON, E. P. Folclore, antropologia e história social. In: ____ **As peculiaridades dos ingleses e outros artigos**. Campinas/SP: Editora da Unicamp, 2001.

VINCENT, Joan. A sociedade agrária como fluxo organizado: processos de desenvolvimento passados e presentes. In: FELDMAN-BIANCO, Bela. **A antropologia das sociedades contemporâneas**. São Paulo: Global, 1987.

WILLIAM, Raymond. **O campo e a cidade**: na história e na literatura. São Paulo: Companhia das Letras, 2011, p.21.